

## **NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NAS IES: ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES NA ÁREA NA ÚLTIMA DÉCADA**

Lázara Cristina da Silva – UFU [lazara@ufu.br](mailto:lazara@ufu.br)

Duartina Ana Dias – UFU [duartinadias@gmail.com](mailto:duartinadias@gmail.com)

Vilma Aparecida de Souza – UFU [vilmasouza@ufu.br](mailto:vilmasouza@ufu.br)

Stella Santana da Silva Jacinto – UFU [stella.jacinto@ufu.br](mailto:stella.jacinto@ufu.br)

NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NAS IES: Organização, estruturação e contribuições na área na última década, é uma pesquisa interinstitucional coordenada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas e Práticas em Educação Especial e Inclusão Educacional (Gepepes).

Conforme dados do Inep, coletados no Censo da Educação Superior de 2020, haviam 19.245 estudantes público da Educação Especial matriculados nas IFES, sendo 808 cegos, 3.468 com baixa visão, 980 surdos, 1.796 com deficiência auditiva, 82 surdocegos, 5.915 com deficiência física, 1022 com deficiência intelectual, 961 com autismo e 332 com altas habilidades/superlotação.

Os Núcleos de Acessibilidade (NAs) foram criados na legislação brasileira com a publicação do Decreto 6.571/2008. Desde então, as IFES estão se organizando e criando seus NAs. Entretanto, desde 2005 o Ministério da Educação já vinha com o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), propondo o financiamento de ações que visavam garantir o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (IFES). Esse programa teve como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de NAs nas IFES, mesmo antes de sua institucionalização via Decreto citado acima. O Programa Incluir financiou ações institucionais que garantiram a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

Assim, para além do acesso, da participação e da permanência das pessoas com deficiência no ensino superior, há que se problematizar os principais aspectos da legislação vigente e dos referenciais políticos e pedagógicos.

## **Desenvolvimento**

Considerando o recorte temporal, o problema desse estudo é: a partir da atuação dos Núcleos de Acessibilidade, é possível dizer que as IFES têm constituído políticas institucionais de inclusão de pessoas com deficiência? De que maneira os Núcleos de Acessibilidade contribuem para a produção de sentidos sobre a educação inclusiva em suas instituições? Quais as implicações de suas ações nos processos formativos dos estudantes com deficiência nessas IFES? O que fazem profissionalmente os egressos público da educação especial que vivenciaram as políticas de inclusão na educação superior?

Como objetivo geral definiu-se compreender o processo de criação, organização e contribuições dos Núcleos de Acessibilidade, na constituição de políticas institucionais de inclusão de pessoas com deficiência dentro das IFES brasileiras de 2008 a 2020, bem como, suas contribuições para integralização dos cursos por este grupo de estudantes. Como objetivos específicos, considerando os NAs no âmbito das IFES e o recorte temporal, pretende-se: a) mapear o histórico de criação, institucionalização e atuação; b) identificar e analisar: as repercussões destes na política institucional de inclusão de pessoas com deficiência; as produções de sentidos decorrentes destes produzidas nestas instituições; as implicações das suas nos processos formativos dos estudantes com deficiência nas Instituições, de maneira a contribuir com a permanência e a participação nos espaços institucionais; e as contribuições/inserções destes na/para a consolidação de políticas institucionais de inclusão de pessoas com deficiência nas IFES.

Ressaltamos a importância de implementação dos NAs como um espaço de discussões e reflexões sócio-político-educacionais no interior das IFES, para que se fomente a construção de novos conhecimentos e de novas alternativas de ação na área da Educação Especial, tendo em vista, as dificuldades enfrentadas, tanto por profissionais que atuam nas IFES, quanto pela população por ela atendida.

Portanto, o objeto deste estudo são os Núcleos de Acessibilidade criados e ativos entre 2008 e 2020 nas IES públicas federais brasileiras. Como participantes envolve os acadêmicos Público da educação especial, ingressantes de 2008 a 2020 nas IFES e os coordenadores dos Núcleos Acessibilidade deste período.

Pela grande quantidade de Núcleos de Acessibilidade presente nas diferentes IFES espalhadas pelas diferentes regiões do país, 104 NAs, foi necessário a divisão do estudo, tomando as regiões geográficas brasileiras, em etapas/momentos da pesquisa, assim organizadas:

- a) Primeira/o – consta de estudos documentais dos NAs (documentos de criação, regimentos, planos institucionais das Ifes, relatórios dos NAs);
- b) Segunda/o – contato aplicação de questionário com questões abertas e fechadas com os acadêmicos público da Educação Especial e com os coordenadores dos NAs;
- c) Terceira/o – contato com os egressos dos cursos, aplicação de questionário com questões abertas e fechadas;
- d) Quarta/o - entrevista com 10% dos respondentes dos três primeiros grupos, por IFES;

A coleta/produção de dados ocorre em dois momentos, via apoio eletrônico, utilizando a ferramenta Google Docs questionários e entrevista com apoio de recursos virtuais. Os dados retornam totalmente anônimos, não sendo possível identificar os nomes dos informantes.

### **Resultados parciais**

Foram enviados por três vezes, com intervalos de sessenta a noventa dias *e-mails* para as Pró-reitorias de Pesquisa e/ou Pós-graduação responsáveis pela pesquisa na instituição e para as coordenações dos NAs informando sobre a pesquisa e convidando para participação no Estudo. Na carta de apresentação/convite apresentou-se os objetivos da pesquisa, sua organização e, no caso, da encaminhada aos pró-reitores solicitou-se que ela fosse encaminhada para os Nas e para pesquisadores da área na instituição. O retorno foi ínfimo. Passamos para outra estratégia, ligar para as Pró-reitorias, explicar sobre a pesquisa e solicitar a assinatura do Termo de Anuência da Pesquisa, cujo documento foi anexado ao *e-mail*, sendo necessário apenas inclusão da logomarca da instituição, o nome do pro-reitor e a inserção da assinatura pelo gov.br. Ainda não houve retorno dos documentos.

Entretanto, na etapa inicial foi possível identificar o quantitativo de IFES por região: região Norte 11; Região Nordeste 19; Região Centro Oeste 12; Região Sul 09 e Região Sudeste 55. Todas possuem NAs em funcionamento, com exceção da região sudeste que duas instituições ainda não os possuem.

Foram também concluídas duas pesquisas de mestrado, incluídas na pesquisa: a) Estudantes Surdos e os Núcleos de Acessibilidades nas Ifes do Triângulo Mineiro de 2010-2020 e; b) Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais: Acesso, Permanência e Conclusão dos Acadêmicos Surdos.

Na primeira dissertação ficou constatado que uma expressiva parcela das IFES está atendendo aos requisitos das normativas e legislações na busca pela garantia dos serviços de apoio a inclusão de estudantes com Deficiência nas IES Públicas, ou ainda, mesmo no caso da instituição que não possui NAs implantado, ficou claro que a instituição já está em fase de implantação, denotando a perspectiva de organização para atender as PcD no ensino superior. Ressalta-se que em alguns casos, uma IFES pode possuir apenas 01 NAs para atender a demanda da sede da instituição e para os campi ou possuir mais de um NA (um em cada unidade – sede e campi). Uma parcela significativa dos NAs informou a relevância da destinação de verbas oriundas do Programa Incluir e do Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes para subsidiar suas ações. Uma menor quantidade afirmou que o NAs tem recursos próprio e alguns não recebem incentivos financeiros específicos. A maioria dos NAs das IFES Mineiras estão vinculados à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-Reitoria de Ensino, vinculação esta que subsidia o apoio e auxílio para as suas ações. 10 IFES/Campus (71%) possuíam Projeto de Criação ou Resolução Própria de Criação, em contrapartida, 4 (29%) não possuem. Falta ainda por parte de algumas das IFES a formalização do Projeto de Criação ou Resolução Própria de Criação para consolidação da existência dos NA nestas instituições.

A segunda dissertação constatou que o Programa Incluir contribuiu significativamente para a implantação ou reestruturação dos NAs no Triângulo Mineiro. Além disso, houve um aumento de ingressantes surdos assistidos pelo programa nas IFES da região.

Neste ano, o grupo irá trabalhar de forma mais direta nas etapas um e dois da pesquisa no país e pretende evoluir na produção e análise dos dados atualizando as ações de acordo com o cronograma inicial previsto.

## **REFERENCIAS**

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **[DECRETO Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008](#)**. DOU de 18.9.2008